

ILMA. SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR – SERES
DIRETORIA DE REGULAÇÃO SUPERIOR – DIREG

Ref/ ao PROCESSO : 201108720

FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL, nos autos do processo em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de V.EXA., interpor RECURSO, requerendo seu processamento nas formas da lei, apresentando suas razões e documentos anexos:

Razões do Recurso :

Breve Histórico :

Trata-se de uma Instituição com 72 anos de História, na formação de profissionais bacharéis em Serviço Social , é renomada e conhecida pelo seu compromisso com a qualidade de ensino, ética e profissionalismo.

A Instituição em epígrafe, protocolou pedido de recredenciamento em 29 de julho de 2011. Os documentos ora anexados foram analisados e houve instauração de diligência em 20 de março de 2012, a qual foi oportunamente respondida. Em 28 de maio de 2012, a mesma foi considerada insatisfatória, razão da interposição do presente Recurso.

O resultado da análise considerou que a IES apresentou demonstrativo financeiro sem assinatura CRC e do representante da mantenedora, além do texto do Regimento não estar em consonância com a legislação vigente e a denominação está divergente com a do cadastro do sistema e-mec.

Do Mérito do Recurso:

Em que pese o imenso e considerável saber e domínio técnico da Diretoria de Regulação da Educação Superior, no caso em tela não andou com o costumeiro acerto.



A Instituição Recorrente, atendeu a diligência, ao cumprir a integralidade de seus itens, e a mesma não deve ser arquivada.

Em que pese o fato de alguns itens não terem sido cumpridos integralmente, apenas no que tange a aspectos documentais, que estão sendo enviados neste ato.

Vale salientar que, os documentos de existirem, estão corretos no âmbito da Faculdade e Mantenedora, apenas houve o envio do arquivos incorretos, portanto devendo ser aceito nesta fase processual.

Ademais, a própria portaria 40/ 2007, em seu artigo 10, nos diz que a diligência deverá ser atendida no prazo de 30 dias, e isso ocorreu no caso da Instituição recorrente.

A lei não possui palavras inúteis e assim conclui-se a que diligência foi cumprida.

"Ad argumentandum", os processos de regulação do Ministério da Educação, entre eles do de Recredenciamento é um processo administrativo, e a administração seu seguir os trâmites previstos em lei.

Para o ilustre doutrinador Celso Antonio Bandeira de Mello, o processo administrativo é :


"... é uma sucessão itinerária e encadeadora de atos administrativos que tendem ,todos, a um resultado final conclusivo..." (Mello, 2008,p408)

Conforme nos ensina Gasparini :

"... processo administrativo, em sentido prático, amplo, é o conjunto de medidas jurídicas e materiais praticadas com certa ordem cronológica, necessárias ao registro dos atos da administração pública, ao controle do comportamento dos administrados..."

Como a diligência foi cumprida e enviada no prazo correto, há que se utilizar para aceitação o presente recurso o princípio administrativo do Informalismo, qual seja :

"... Em relação ao processo administrativo, daí dizer-se que o Processo Administrativo., sem deixar de cumprir méritos legalistas, desfaz-se de uma concepção arraigada em purismos formalistas e tomando-se para si uma acepção mais informal. O Processo administrativo caracteriza-se pela flexibilidade e menor formalismo do que o processo judicial..." (STF APU GASPARINI, 2005, P 860) - Fonte (www.jurisway.org.br)



É de bom alvitre mencionar que, como a Instituição cumpriu a integralidade da diligência, porém os documentos foram apenas anexados sem as assinaturas e o texto do regimento desatualizado, porém não é o regulamento de fato utilizado na IES, e sim o que está sendo enviado hoje, o princípio da Economia Processual deve ser aplicado, VEJAMOS :

"... Dessa forma, em respeito aos princípios da economia processual, simplicidade de forma, é razoável que seja concedido ao interessado oportunidade processual de sanear eventuais falhas formais nos documentos apresentados...".(Ministério da Educação – nota Técnica número 2007)

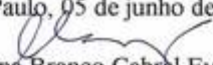
É obvio que documentos e informações novas não devem ser aceitos, nos recursos, porém os documentos ora juntados, não constituem esta espécie.

Partindo do pressuposto que o recredenciamento, faz parte do processo de avaliação da Instituição, o qual só confirma ou nega a sua competência, para oferecer cursos, obedecendo os padrões de qualidade, nos termos da LDB e Constituição Federal Brasileira, a falta destes itens não poderá ser critério para a concessão desta competência.

Assim, diante do todo exposto requer seja recebido e dado provimento ao presente Recurso, por medida da mais lúdima Justiça!!!

Nestes termos pede deferimento

São Paulo, 05 de junho de 2012.


Cristina Branco Cabral Evangelista
OAB/SP 146694

Eliane da Silva Cara
Diretora